

dia a dia

EDUCAÇÃO SOFRIDA

VELHOS NOVOS PROBLEMAS

Ano letivo na rede estadual começa com falta de professores, escola fechada e obras em andamento. Secretaria da Educação promete soluções rápidas

Silvério Moraes

silverio.morais@diariosp.com.br

Carol Rocha

carol.rocha@diariosp.com.br

O novo ano letivo começou nesta semana na rede estadual, mas as aulas ainda estão em ritmo lento em escolas da capital devido a velhos problemas: obras inacabadas, falta de professores, alunos sem vaga, atraso para entrega de material escolar e até colégio fechado por determinação da Justiça. A Escola Nossa Senhora Aparecida, na Vila Carioca, Zona Sul, recebeu os alunos em meio às mesmas obras que foram iniciadas no final de 2011 e devem levar mais dois meses para serem concluídas. “Tem cheiro forte de tinta e poeira”, disse uma aluna da sétima série. Segundo ela, no ano passado, a unidade ficou uma semana sem aula por conta de problemas de estrutura. De acordo com a direção, as salas já foram reformadas nas férias e faltam apenas a sala dos professores e partes externas. No intervalo, os professores ficam no corredor cheio de caixas e armários.

Outro problema apontado pelos estudantes e pais é a constante falta de professores. Thaís Renata Souza Ricieri, 29 anos, tem duas filhas na Nossa Senhora Aparecida e afirma que os alunos safam cedo no ano passado devido à falta de professores. Renata reconhece ser importante a reforma porque a estrutura estava bastante comprometida, inclusive em razão de vandalismo de alguns estudantes, que já teriam quebrado armário

e até ateado fogo em uma sala.

Na Escola Estadual Fazenda do Carmo 3, em Guaianases, na Zona Leste, as aulas não puderam começar por determinação da Justiça, após ação civil pública movida pelo Ministério Público. Em reforma desde dezembro, a unidade tem revestimentos metálicos nas paredes internas das salas de aula. O colégio ganhou cinco dias para fazer obras de emergências que garantam a segurança dos alunos para poder recebê-los enquanto ocorre a reforma. Se os problemas não forem resolvidos, a escola será interditada.

Na Escola Manuela Lacerda Vergueiro, em São João Clímaco, Zona Sul, a reclamação é a demora para a entrega do kit escolar distribuído pelo estado. A dona de casa Fabiana Pereira, 30, levou a filha ontem para conhecer a sala, mas a menina não começou a estudar por falta de material. Para Fabiana, a distribuição deveria ocorrer no primeiro dia de aula. “Não tenho dinheiro para comprar agora e ela só vai começar a estudar na segunda”, diz a mãe.

PROVIDÊNCIAS/ A Secretaria da Educação do Estado informa que acionou a empresa contratada para execução das obras na Escola Nossa Senhora Aparecida para que os serviços, como revisões elétricas, sejam antecipados. Ressalta que o andamento da reforma não está prejudicando a rotina nem a segurança dos alunos. A obra deve ser concluída até abril. Entre os serviços em execução, estão a reforma de sanitários e pintura geral, com investimento de R\$ 302 mil. A pasta assegura que uma nova atribuição de aulas será feita na segunda-feira para completar o quadro docente. Sobre a Escola Fazenda do Carmo 3, a secretaria afirma que as aulas terão início na próxima segunda, com segurança garantida. Segundo o órgão, estão em execução as obras para adequação dos itens apontados em laudo do Corpo de Bombeiros. O cronograma será readequado para que o conteúdo pedagógico seja ministrado sem prejuízo aos estudantes. A Secretaria da Educação informa ainda que os kits escolares, que já haviam sido devidamente distribuídos às escolas, serão entregues aos alunos da Escola Manuela Lacerda até hoje.

Escola da Zona Leste tem até segunda-feira para realizar obras emergenciais

À ESPERA DE SOLUÇÃO



FALTA DE VAGA Maria Solange tenta matricular o filho, que passou em uma vaga de estágio e precisa do comprovante de matrícula



EM OBRAS Na Escola Nossa Senhora Aparecida, na Vila Carioca, professores passam o intervalo no corredor chelo de material devido à reforma em sala

Falta de vaga em escola ameaça emprego de aluno

■ O estudante Mauricio Barbosa Martins, 18, está apreensivo. Ele passou em uma vaga de estágio no Fórum João Mendes, mas se não estiver regularmente matriculado em uma escola, vai perder a vaga de trabalho. A escola onde Mauricio estudava só vai até a oitava série. A mãe do estudante, Maria Solange Tarquino Barbosa, tenta uma vaga na Escola Estadual Firmino de Proença. “Eu já fui várias vezes lá e a resposta é sempre a mesma: tem que aguardar na fila porque não tem vaga”, diz. O prazo para entregar a documentação no estágio, incluindo o comprovante de matrícula, termina nesta segunda-feira. Depois que a reportagem entrou em contato, a Secretaria de Estado da Educação informou que “o aluno Mauricio Barbosa Martins foi devidamente matriculado na Escola Estadual Firmino de Proença e a família do estudante pode comparecer à unidade e solicitar o comprovante de matrícula”.

Fotos de Anastácia Vaz / Diário SP



Temporário deve entregar laudo médico

Os professores contratados como temporários (categoria O) devem entregar laudo de um médico do trabalho para poder assumir as aulas. A notícia pegou muitos professores de surpresa, principalmente os docentes da extinta categoria L, que nunca precisaram refazer o exame admissional.

R\$ 30
é o preço médio do exame médico

Estado diz que vai realizar perícia

O Departamento de Perícias Médicas do Estado vai atender os professores temporários contratados de forma emergencial. A Educação ressaltou que a lei determina que o professor providencie sua documentação. Quem já pagou pelo exame não será ressarcido.

Sindicato não descarta greve de professores

■ A diretoria da Apeoesp (sindicato da educação) vai se reunir amanhã para definir o calendário de assembleias deste ano. O sindicato avalia uma possível greve de professores. “O governo age de forma autoritária. Será muito difícil que o estado não enfrente uma greve neste ano”, afirma a presidente da Apeoesp, Maria Izabel Noronha. Desde o final do ano passado, os professores vêm

enfrentando uma série de desagravos por parte do governo, como o não pagamento das férias da extinta categoria L, o estorno do salário pago a mais a cerca de 12 mil professores dispensados e o não cumprimento da decisão judicial para que a Educação implemente a nova jornada do professor, prevista na Lei do Piso salarial nacional. Para o estado, a nova jornada, que determina que

1/3 das aulas devem ser em atividades extraclasse, equivale a uma aula por semana. Para o sindicato, deveriam ser sete aulas. A Apeoesp entrou na Justiça e conseguiu uma decisão favorável. O estado recorreu anteontem. A Educação informou que até que haja nova decisão da Justiça, estão mantidas as aulas já atribuídas e as atividades escolares em toda a rede estadual de ensino.